

Significado e Verdade: uma Avaliação da Proposta de Donald Davidson com Base nas Idéias de Humberto Maturana

[Publicado em LIMA, Carlos Cirne; ALMEIDA, Custódio. (Org.). Nós e o Absoluto. 1ª. ed. São Paulo, 2001, p. 287-304]

Paulo Roberto Margutti Pinto.*

Resumo:

Faz-se uma avaliação da proposta de Davidson de explicar o significado das expressões da nossa linguagem através das suas condições de verdade. Com o objetivo de argumentar contra a viabilidade desta proposta, procura-se contrapor à teoria do significado de Davidson o modelo do *linguagear*, de Humberto Maturana, mostrando que a linguagem resulta de interações públicas entre os falantes. Estas interações envolvem coordenações de condutas que não são explicáveis pela Convenção T. Diante disso e do fato de que, passados mais de trinta anos, o programa davidsoniano ainda não se realizou, argumenta-se que o mesmo fracassou.

Abstract:

An assessment of Davidson's proposal to explain the meaning of the expressions of our language by means of their truth-conditions is made. With the purpose of arguing against the viability of such a proposal, an attempt is made to oppose Humberto Maturana's model of *linguaging* to Davidson's Theory of Meaning, showing that language results from public interactions among speakers. Such interactions involve coordinations of conducts which are not explainable in terms of Convention T. Given this and the fact that after more than thirty years the Davidsonian Program is not yet accomplished, it is argued that the Program failed.

I - Introdução

A Teoria do Significado elaborada por Donald Davidson é, sem dúvida, um dos marcos da filosofia contemporânea e encontra muitos partidários entre os pensadores brasileiros de linhagem pragmatista. Considero-a, porém, excessivamente ligada à Semântica Formal para fornecer uma abordagem adequada da nossa linguagem. Em virtude disso, pretendo desenvolver aqui uma argumentação *contra* o programa proposto por Davidson, com base nas idéias do biólogo chileno Humberto Maturana.

Para atingir este objetivo no espaço que me foi destinado, dividirei o trabalho em três partes. Na primeira, farei uma apresentação dos princípios que regem a teoria davidsoniana do significado, tais como os entendo. Na segunda, farei uma avaliação desta teoria com base nos conceitos fundamentais da Teoria de Santiago, proposta por Maturana. Na terceira,

* Depto de Filosofia da UFMG.

finalmente, apresentarei as conclusões desta empreitada. Por razões de espaço, manterei um tom sobretudo programático na discussão que inicio agora.

II - As Bases da Teoria Davidsoniana do Significado

Para Davidson, uma teoria do significado para uma dada linguagem deve fornecer uma explicação construtiva do significado das sentenças desta linguagem. Isto constitui uma condição essencial para a construção duma teoria adequada do significado.¹ Davidson afirma posteriormente que as expressões constitutivas de uma sentença não possuem significado exceto no sentido em que dão uma contribuição para a construção do significado das sentenças em que elas ocorrem, revelando sua adesão a um holismo do significado.² Nesta perspectiva, a sentença depende de sua estrutura para a determinação de seu significado. Mas compreendemos o significado de cada expressão na estrutura por abstração da totalidade de sentenças em que tal expressão pode figurar.³ Tendo em vista que o apelo à noção de *significado* nas teorias do significado não se tem revelado útil, Davidson propõe que substituamos a fórmula 's significa p', em que s é uma descrição estrutural de uma dada sentença numa linguagem e p corresponde a um termo singular que se refere ao significado da sentença, pela seguinte fórmula, conhecida como *T*:

s é V se e somente se p.

Aqui, s é uma descrição estrutural da sentença na linguagem considerada e p corresponde à própria sentença. O predicado 'é V' tem que ser tal que a Convenção T implique todas as sentenças obtidas a partir dela quando s é substituída pela descrição estrutural duma sentença e p, pela própria sentença.⁴ E Davidson considera claro que as sentenças às quais o predicado 'é V' se aplica serão exatamente as sentenças verdadeiras da linguagem considerada, já que a condição estabelecida para uma teoria adequada do significado nada mais é do que a *Convenção T* de Tarski.⁵ Assim, a fórmula acima pode ser expressa como

s é verdadeira se e somente se p.

¹ Davidson, D. Theories of Meaning and Learnable Languages (1965). In: Davidson, D. Inquiries into Truth and Interpretation. Oxford: Clarendon Press, 1984, p. 3.

² Davidson, Truth and Meaning (1967). In: Davidson, D. Inquiries into Truth and Interpretation. Oxford: Clarendon Press, 1984, p. 22.

³ Id., ib.

⁴ Id., ib.

⁵ Id., ib.

Para Davidson, a definição acima fornece as condições necessárias e suficientes para a verdade de cada sentença numa dada linguagem. Ora, dar as condições de verdade de uma sentença é um modo de fornecer o significado desta sentença. Nas palavras de Davidson:

Conhecer o conceito semântico de verdade para uma linguagem é conhecer a que uma sentença - qualquer sentença - deve satisfazer para ser verdadeira e isto se reduz, em um bom sentido que podemos dar a esta frase, a compreender a linguagem.⁶

Para defender sua proposta, Davidson não se deixa impressionar nem sequer pelas conhecidas objeções do próprio Tarski quanto à aplicação da Convenção T às linguagens naturais, considerando defensável o programa que está propondo.⁷

Segundo Ramberg, podemos entender a Convenção T tarskiana, enquanto parte da teoria davidsoniana do significado, como uma teoria que fornece a extensão do predicado *verdadeiro* para uma dada linguagem. E a tarefa de construir uma teoria deste tipo consiste em mostrar como, a partir de um número finito de axiomas e regras de inferência, podemos deduzir o número infinito de teoremas que fornecem as condições de verdade para as sentenças da linguagem em questão. Isto pressupõe que podemos ampliar a lógica de primeira ordem de modo a sermos capazes de expressar em termos quantificacionais a estrutura de qualquer tipo possível de asserção nesta linguagem. Isto, certamente, não é pouca coisa.⁸

A este respeito, Davidson reconhece ter assumido uma perspectiva otimista e programática das possibilidades de caracterização formal do predicado *verdadeiro* para uma linguagem natural. Em outro lugar, ele acrescenta que não está propriamente recomendando uma teoria particular, mas um critério para teorias, com base em razões de necessidade geral e programática.⁹ Desse modo, a sua teoria não está tentando estabelecer uma semântica dos modelos. A Convenção T, na forma esquemática em que se acha apresentada por Davidson, não faz qualquer menção à extensionalidade, a funções de valores de verdade ou à lógica de primeira ordem. Ela meramente nos convida a usar quaisquer recursos que possamos inventar para preencher apropriadamente a lacuna entre sentença mencionada e sentença usada. A Convenção T é, antes de mais nada, um critério

⁶ Id., p. 24.

⁷ Id., pp. 28-30

⁸ Ramberg, B. Donald Davidson's Philosophy of Language. An Introduction. Oxford: B. Blackwell, 1989, pp. 7-8.

⁹ Davidson, D. Semantics for Natural Languages. In: Davidson, D. Inquiries into Truth and Interpretation. Oxford: Clarendon Press, 1984, p. 60.

para a construção de teorias.¹⁰ Isto não significa, porém, que *tudo* o que devemos exigir duma teoria semântica é que ela satisfaça o padrão da Convenção T. Davidson está apenas sugerindo que as teorias que satisfazem a esta convenção são capazes de explicar mais do que geralmente se pensa.¹¹

A teoria davidsoniana do significado está acoplada à conhecida noção de *interpretação radical*, que, embora tenha parentesco com a noção quiniana de *tradução radical*, envolve um conceito semanticamente mais abrangente. Utilizando a Convenção T, o intérprete radical davidsoniano faz uma conexão entre a enunciação do falante e as circunstâncias mundanas a ela ligadas, atribuindo desse modo um significado à enunciação. Trata-se de uma operação de *triangulação*, cujos vértices são o intérprete, a enunciação do falante e as circunstâncias da enunciação. Através dela, o intérprete radical procura construir uma hipótese empiricamente testável sobre as condições de verdade ligadas ao conteúdo proposicional da enunciação do falante. Assim, o intérprete sabe o que o falante quer dizer quando consegue formular uma hipótese cuja verificação empírica é bem sucedida. Caso a hipótese se revele experimentalmente incorreta, ela pode ser alterada com base nas novas observações. A hipótese corrigida é novamente testada através da observação de outros comportamentos lingüísticos do falante e novamente alterada, caso necessário; e assim por diante. O esquema hipótese/teste pode ser repetido indefinidamente, permitindo um refinamento cada vez maior das sucessivas atribuições de significado.¹²

A questão que preocupa Davidson é saber se alguém que conhece uma teoria da verdade para uma linguagem determinada teria informação suficiente para interpretar o que um falante dessa linguagem diz.¹³ Davidson confia que as restrições empíricas aplicadas à interpretações de sentenças T, associadas às restrições formais, fornecerão suficientes elementos invariantes entre teorias alternativas para nos permitir dizer que uma dada teoria da verdade apreende o papel essencial de cada sentença.¹⁴ E aquilo que é invariante entre teorias da verdade igualmente aceitáveis é o *significado*. Nas palavras de Davidson:

A idéia central é simples. A teoria da construção por blocos e as teorias que tentam fornecer um conteúdo rico a cada sentença, com base direta em evidência não semântica (por exemplo, as intenções com as quais a sentença é tipicamente

¹⁰ Davidson, D. In Defense of Convention T. In: Davidson, D. Inquiries into Truth and Interpretation. Oxford: Clarendon Press, 1984, p. 68.

¹¹ Id., p. 69.

¹² Ver Davidson, D. Radical Interpretation (1973). In: Davidson, D. Inquiries into Truth and Interpretation. Oxford: Clarendon Press, 1984, pp. 125-39

¹³ Davidson, D. Reality Without Reference (1977). In: Davidson, D. Inquiries into Truth and Interpretation. Oxford: Clarendon Press, 1984, p. 224.

¹⁴ Id., ib.

enunciada) tentam avançar para muito longe muito depressa. O presente pensamento é antes encontrar um mínimo de informação sobre a correção da teoria a cada ponto individual. É a infinidade potencial de pontos que faz a diferença. Uma teoria forte fracamente sustentada, mas em pontos suficientes, pode fornecer toda a informação que precisamos sobre os átomos e moléculas - neste caso, as palavras e sentenças.¹⁵

O elemento regulador das atribuições de significado nos pontos de sustentação é o Princípio de Caridade, que equilibra estas atribuições com as possíveis crenças do falante envolvidas, através da suposição de que o falante e o intérprete partilham um grande número de crenças verdadeiras. Assim, quando o comportamento lingüístico do falante sugere que ele possui muitas crenças falsas ou que é excessivamente tolo, o Princípio de Caridade recomenda que a hipótese relativa à atribuição de significado seja corrigida, em defesa da racionalidade do falante; se, porém, o desacordo entre intérprete e falante se revelar excessivo e insuperável através de correções da hipótese inicial, o mesmo Princípio de Caridade recomenda que o intérprete desqualifique o falante como ser racional e, portanto, como falante.

O apelo ao Princípio de Caridade pressupõe que intérprete radical e falante partilhem a mesma racionalidade. Esta última seria caracterizada fundamentalmente pela capacidade de lidar holisticamente com conteúdos proposicionais, a qual envolveria, por sua vez, a capacidade de lidar holisticamente com as condições de verdade das sentenças que expressam estes conteúdos. Isto significa que o Princípio de Caridade é regulado por princípios normativos e holistas, que envolvem determinados padrões de raciocínio lógico e modos de relacionar crenças com o mundo. Assim, para Davidson, se uma pessoa possui crenças, então esta pessoa é racional. E esta não é uma afirmação de fato, mas de direito.

Esta abordagem leva Davidson a assumir uma posição única no debate filosófico contemporâneo: por um lado, ele enfatiza os aspectos holísticos da racionalidade e da interpretação, aproximando-se daquilo que, no jargão filosófico tradicional, denominamos 'idealismo'; por outro, ele enfatiza os aspectos verificacionistas da explicação causal, da forma lógica e do conteúdo proposicional, aproximando-se daquilo que, no mesmo jargão, denominamos 'realismo'. Se esta posição puder ser considerada consistente, ela significará uma saudável superação de um dilema que tem incomodado a comunidade filosófica já há muito tempo. Embora a idéia de superar este dilema através de uma abordagem que possua duplo aspecto seja recomendável, não me parece que a posição de Davidson, que enfatiza

¹⁵ Id., p. 225.

excessivamente a dimensão semântica, seja capaz de realizar esta tarefa com sucesso. Isto será discutido na próxima seção.

III - Avaliação da Teoria Davidsoniana do Significado

Considero que, em suas linhas mais gerais, a estratégia de Davidson aponta para o caminho certo. Ela se baseia em algumas intuições fundamentais relativas à linguagem, que começaram a tomar forma na segunda metade do nosso século. Dentre elas, destacam-se a maior ênfase nas interações entre os falantes e o abandono da epistemologia representacionista. A filosofia de Davidson certamente traz contribuições importantes nesta área.

Não obstante toda a originalidade e criatividade do modelo davidsoniano, acho difícil esconder a sensação de mal-estar que resulta quando examinamos mais de perto o papel que nele desempenha a Semântica Formal. Recorrendo a esta disciplina, Davidson pretende dominar a difícil noção intensional de 'significado' através da muito mais tratável noção extensional de 'verdade'. Em princípio, essa idéia de inspiração quiniana parece ser boa. Mas resta saber se ela resiste uma análise crítica. Pretendo argumentar aqui no sentido de que a promessa da teoria davidsoniana não foi e, muito provavelmente, não pode ser cumprida e que devemos optar pelo modelo alternativo oferecido pela teoria da *autopoiese* de Humberto Maturana.

A meu ver, a principal dificuldade da abordagem davidsoniana está nas conseqüências mais ou menos implícitas da sua crença de que é possível explicar o significado a partir das condições de verdade. Estas conseqüências podem ser explicitadas a partir de algumas considerações que Davidson faz no artigo *Truth and Meaning*. Ali, ele afirma que somente saberemos se os esforços despendidos nos estudos, por exemplo, de lógica deôntica, lógica modal, lógica erotética etc., foram fúteis ou não quando tivermos formulado análises semânticas aceitáveis dos tipos de sentenças tratadas por tais sistemas. Os filósofos e os lógicos acham que somos livres para escolher entre o operador condicional que funciona como função de valores de verdade e outros que não envolvem funções de valores de verdade. Mas, para Davidson, esta escolha é de fato crucial. Ele acha que, se nos afastarmos daquelas expressões que podem ser acomodadas em uma definição envolvendo a noção de *verdade*, cairemos em ou criaremos uma linguagem para a qual não possuímos

uma explicação semântica coerente.¹⁶ Se entendi corretamente, posso extrair aqui duas conclusões importantes da colocação de Davidson. Primeiro, que temos necessidade de uma explicação semântica coerente para os fenômenos lingüísticos. Segundo, que a inexistência de tal explicação para um fenômeno pode constituir motivo suficiente para excluí-lo do domínio lingüístico. Ora, Davidson entende a Convenção T como modelo de tratamento semântico adequado. Neste sentido, em que pesem algumas eventuais declarações em contrário feitas pelo próprio Davidson, o espírito da teoria é fazer com que a aplicabilidade da Convenção T funcione como um crivo para aceitar um dado fenômeno como lingüístico. Rorty parece concordar com esta interpretação, ao afirmar que para Davidson a noção semântica de *significado* só desempenha um papel no interior dos estreitos limites do comportamento lingüístico regular e predizível, ou seja, dos limites que demarcam o uso literal da linguagem. Na imagem de Quine citada por Rorty, o domínio do significado é uma clareira relativamente pequena no interior da densa floresta do uso, cujas fronteiras variam constantemente.¹⁷

Admito que a Convenção T é adaptada por Davidson para tornar a verdade sensível ao contexto. Para explicar o fato de que muitas sentenças variam em seu valor de verdade de acordo com o falante, a audiência e o momento de sua enunciação, Davidson pensa que podemos indiferentemente ou tomá-las como enunciações particulares que possuem um valor de verdade ou conceber a verdade como uma relação que se dá entre uma sentença, um falante e um momento no tempo.¹⁸ Isto certamente amplia o alcance da Convenção T. Mesmo assim, a teoria de Davidson continua aplicável apenas a um fragmento da linguagem natural, ou seja, àquele domínio que é tratável em termos extensionais e que corresponde à clareira mencionada. A teoria não se aplica aos demais domínios da linguagem que resistem ao tratamento em termos extensionais e que correspondem à floresta. E sua tendência é rejeitá-los, por não apresentarem credenciais semânticas apropriadas.

Ora, isto envolve uma divisão mais ou menos implícita das sentenças da linguagem natural em dois domínios, um “puro” e outro, “impuro”. O primeiro é privilegiado porque pode ser manipulado em termos da Semântica Formal. Nele, podemos estabelecer com clareza a

¹⁶ Davidson, Truth and Meaning (1967). In: Davidson, D. Inquiries into Truth and Interpretation. Oxford: Clarendon Press, 1984, p. 32.

¹⁷ Rorty, R. Unfamiliar Noises: Hesse and Davidson on Metaphor (1987). In: Objectivity, Relativism, and Truth. Philosophical Papers Vol. 1. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1991, pp. 163-4.

¹⁸ Davidson, D. Semantics for Natural Languages (1970). In: Davidson, D. Inquiries into Truth and Interpretation. Oxford: Clarendon Press, 1984, p. 58. Ver também Davidson, D. In Defense of Convention T (1973). In: op. cit., p. 74. E também Truth and Meaning (1967). In: op. cit. p, 35.

forma lógica de cada sentença e, com base nesta, determinar os conteúdos proposicionais envolvidos e as respectivas condições de verdade, habilitando-nos, assim, a construir hipóteses testáveis sobre o significado da sentença. O domínio “impuro” não é privilegiado e possui estatuto duvidoso, pois não pode ser manipulado em termos da Semântica Formal. Aqui, não temos ainda meios para estabelecer com clareza a forma lógica das sentenças. Sem esta, não temos como determinar os conteúdos proposicionais envolvidos e muito menos as respectivas condições de verdade. Em virtude disso, não podemos construir hipóteses testáveis sobre o significado das sentenças.

O pior nesta situação é que o domínio “impuro” é muito mais vasto do que o privilegiado. Isto significa que a clareira do significado é minúscula, se comparada com a imensidão da densa floresta do uso das expressões lingüísticas. Podemos depreender destas considerações que, para Davidson, o significado é claro e determinado, além de anterior ao uso. Mas, em sua prática cotidiana, os falantes parecem ignorar paradoxalmente este fato, fazendo um mau uso das expressões lingüísticas e criando, assim, uma pluralidade insondável de emissões sonoras que mais parecem ruídos ininteligíveis do que sons dotados de sentido.

Isto posto, não posso deixar de registrar aqui minhas sérias dúvidas quanto à viabilidade do programa de Davidson. Para justificá-las, vou confrontar a abordagem davidsoniana com as intuições básicas de Humberto Maturana, biólogo cujas teorias possuem uma relevância filosófica notável. Ele considera a linguagem um fenômeno biológico, caracterizado primordialmente por um tipo específico de interação entre os falantes, que ele denomina *linguagear*.¹⁹ Para chegar a esta conclusão, ele utiliza um modelo explicativo bastante inovador: o linguagear resulta do *acoplamento estrutural* entre sistemas vivos *operacionalmente fechados*.²⁰ A característica básica do sistema vivo é reproduzir o seu *padrão de organização* através das modificações pelas quais passam os componentes específicos de sua estrutura física. Para tanto, o sistema vivo está organizado de forma tal que, em suas interações com o ambiente, o próprio sistema estabelece o que

¹⁹ Ver Magro, C. et alii (orgs.). Humberto Maturana. *A Ontologia da Realidade*. 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999. Os tradutores e comentadores de Maturana têm dado preferência ao verbo defectivo *linguajar* como tradução de *languageing*, termo que ele usa nas exposições de sua teoria feitas em inglês. Estou sugerindo aqui o verbo regular *linguagear* para desempenhar a mesma tarefa com maior flexibilidade.

²⁰ Não recorrerei ao conceito de *autopoiese* em minha exposição das idéias de Maturana. O motivo é simples: ele pensa que este conceito se aplica adequadamente apenas aos sistemas vivos unicelulares. A questão de saber se os metacelulares são sistemas autopoéticos ainda está em

aceita como perturbação e o que conta como resposta. Isto corresponde a um *fechamento operacional*, pois uma dada modificação no ambiente não determina o tipo de modificação pela qual vai passar o sistema, ela apenas *dispara* uma modificação no sistema. A relação causal envolvida não deve ser pensada linearmente, mas ortogonalmente. Se aquilo que o sistema aceita como perturbação ou como resposta lhe permite preservar o seu padrão de organização apesar da modificação do ambiente, podemos dizer que o sistema está em congruência com o ambiente. Esta congruência, que surge a partir de modificações encadeadas e mutuamente disparadas entre o sistema vivo e seu ambiente, denomina-se *acoplamento estrutural*. Enquanto houver esta congruência, o sistema sobreviverá. Quando ela desaparecer, o sistema se desintegrará.

Do ponto de vista do estudo do sistema, existem dois domínios de descrição possíveis: o das partes constitutivas do sistema e o do sistema considerado como uma unidade. A descrição das partes constitutivas concentra-se no fechamento operacional do sistema, que pressupõe apenas a existência da unidade e as operações de suas partes, possuindo uma dimensão *idealista*. A descrição do sistema como uma unidade concentra-se no acoplamento estrutural entre o sistema e o meio, que pressupõe a existência não só do sistema vivo, mas também do ambiente que o circunda e com ele interage. Ela possui, portanto, uma dimensão *realista*. Os dois domínios de descrição são independentes entre si e não se intersectam. Mas ambos são necessários para a descrição completa do fenómeno envolvido. Esta abordagem pretende constituir uma superação do tradicional dualismo filosófico entre idealismo e realismo. Não poderei, contudo, desenvolvê-la aqui como seria desejável. Remeto o leitor à leitura dos textos relevantes do próprio Maturana.²¹

Considero bastante evidente a intuição básica de Maturana acima apresentada. Com base nela, podemos ver que a descrição das interações entre o sistema vivo e seu ambiente

aberto. De qualquer modo, os metacelulares podem ser caracterizados pelo *fechamento operacional* e pelo *acoplamento estrutural*, que constituirão os conceitos-chave em minha exposição.

²¹ Para uma justificação mais detalhada dos pontos mencionados, ver: a) Maturana, H. *Biologia da Linguagem: A Epistemologia da Realidade*. In: Magro, C. et alii (orgs.). Humberto Maturana. *A Ontologia da Realidade*. 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999, pp. 123-66; b) Maturana, H. *Ontologia do Conversar*. In: Magro, C. et alii (orgs.). Humberto Maturana. *A Ontologia da Realidade*. 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999, pp. 167-81; c) Maturana, H. & Varela, F. *The Tree of Knowledge. The Biological Roots of Human Understanding*. Revised Edition. Boston and London: Shambhala, 1998. Em minha opinião, a teoria de Maturana fornece um modelo explicativo que envolve a primeira formulação consistente de uma epistemologia interacionista que complementa e fortalece a abordagem pragmatista. Nesta perspectiva, o modelo autopoiético pode ser pensado como o centro de convergência para o qual apontam diversos aspectos das abordagens de Wittgenstein, Sellars, Davidson, Rorty e Dennett. Pretendo desenvolver esta tese em futuros textos.

pode ser feita ou numa *perspectiva semântica* ou numa *perspectiva mecanicista*.²² Na primeira, a descrição é feita como se o sistema estivesse desenvolvendo uma *conduta* articulada, envolvendo intenções, desejos, objetos e fatos mundanos. Quando estão presentes dois ou mais sistemas vivos, a descrição semântica é feita como se os significados atribuídos às interações determinassem o curso das mesmas. Esta perspectiva é derivada da mecanicista tende a mascarar os fenômenos biológicos implicados.²³ Na segunda perspectiva, mais fundamental, a descrição é feita como se as interações constituíssem um acoplamento estrutural entre o ser vivo e seu ambiente.²⁴ No caso de dois ou mais sistemas vivos, a descrição mecanicista é feita como se as interações entre os sistemas estivessem desenvolvendo um tipo específico de acoplamento estrutural que constitui o *languagear*. Este fenômeno surge quando um sistema vivo A emite sons e através deles *dispara* uma modificação estrutural em outro sistema vivo B; a modificação de B pode resultar na emissão de outros sons que, por sua vez, *disparam* uma modificação em A; e assim alternada e sucessivamente. Não há interações instrutivas no sentido tradicional entre A e B. Para que haja comunicação entre ambos, é necessário que A e B sejam *operacionalmente congruentes*. Assim, se a história das modificações sucessivas de A que foram desencadeadas por B for congruente com a história das modificações sucessivas de B que foram desencadeadas por A, podemos dizer que A e B estão desenvolvendo um tipo de coreografia refinada de coordenação comportamental que constitui o acoplamento estrutural do *languagear*. Para que haja congruência, as emissões sonoras de A e B devem envolver condutas recursivas num domínio fechado de comportamento.²⁵ Estas condutas podem envolver coordenações de condutas e, sendo recursivas, podem incluir coordenações de coordenações de condutas. Nesta perspectiva, as palavras são nós de coordenações de

²² A palavra *mecanicista* é perigosa, pois pode despertar reações contrárias imprevisíveis na comunidade filosófica brasileira. Mas ela está sendo usada por Maturana em um sentido especial e equivalente a *sistêmica*. Neste tipo de explicação não reducionista, o sistema envolve seus componentes *mais* as relações entre tais componentes, não podendo ser explicado pela mera apresentação de seus componentes. Além disso, um sistema pode ser componente de outro sistema mais amplo, gerando-se assim uma rede de sistemas, em que os mais complexos não podem ser explicados meramente pela apresentação de suas partes. Ver Maturana, H. *Biologia da Linguagem: A Epistemologia da Realidade*. In: Magro, C. et alii (orgs.). Humberto Maturana. *A Ontologia da Realidade*. 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999, pp. 125-7.

²³ Maturana, H. & Varela, F. *The Tree of Knowledge. The Biological Roots of Human Understanding*. Revised Edition. Boston and London: Shambhala, 1998, pp. 206 ss.

²⁴ Maturana, H. *Biologia da Linguagem: A Epistemologia da Realidade*. In: Magro, C. et alii (orgs.). Humberto Maturana. *A Ontologia da Realidade*. 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999, pp. 125-7.

²⁵ Id., pp. 146 ss.

coordenações de condutas, nas redes de conversação em que estão incluídas. Diferentes palavras coordenam diferentes condutas e emoções.²⁶

Assim, vemos que o aspecto fundamental do languagear está em que as palavras coordenam ações, ao invés de designar objetos. Os objetos do mundo constituem invenções lingüísticas que só possuem realidade na conversação. É verdade que, através de algumas palavras, destacamos um objeto no mundo. A palavra *mesa*, por exemplo, destaca um tipo específico de objeto. Mas isto não é feito através da denotação. No modelo de Maturana, a palavra *mesa* não está designando um objeto mundano específico, mas serve para coordenar nossas interações com certos objetos mundanos que se comportam à maneira das mesas. A denotação surge apenas como comentário *a posteriori* do observador. O problema está em que, ao descrevermos as palavras como designadoras de objetos ou fatos do mundo (perspectiva semântica), estamos mascarando o acoplamento estrutural que as gerou (perspectiva mecanicista).²⁷

Tendo em vista que o languagear envolve recursividade, toda uma gama de entidades pode ser criada na linguagem. Maturana dá exemplo de várias. Numa primeira recursão, surgem os *objetos* como coordenações consensuais de coordenações consensuais de ações; numa segunda, surge o *observar* como coordenação consensual de ações de distinção; numa terceira, surge o *observador* como distinção do observar numa corporalidade; numa quarta, surge a *autoconsciência*, como distinção da corporalidade enquanto nó numa rede de distinções.²⁸ Todas estas entidades podem ser tratadas como independentes numa descrição em perspectiva semântica, mas isto tende a obscurecer a sua natureza de coordenações recursivas de ações, que só adquirem sentido nas interações do languagear. Eis por que a descrição dos mecanismos biológicos envolvidos é mais fundamental.

Uma vez aceitas as explicações acima, vemos que o apelo davidsoniano às condições de verdade para estabelecer o significado das expressões reflete um equívoco de base. O conceito de *significado* não é anterior às interações entre falantes, mas nasce destas próprias interações. A origem deste conceito e dos demais deve ser explicada a partir do fenômeno biológico de origem, que se encontra no acoplamento estrutural do languagear. Todas as expressões lingüísticas surgem em função deste acoplamento e adquirem sua vida no interior dele. Elas correspondem a coordenações de condutas, cuja extensão não é a

²⁶ Id., pp. 115-7

²⁷ Id., p. 150-1.

²⁸ Id. pp. 269 ss.

mesma das condições de verdade. A determinação das condições de verdade constitui um domínio reduzido das coordenações de condutas possíveis, que vão muito além da Convenção T. Além disso, do ponto de vista do languagear, nem sequer a distinção entre estrutura profunda e superficial é relevante. Penso que esta conclusão pode ser estendida à distinção entre forma lógica superficial e profunda. Isto torna a própria Convenção T, cuja aplicação se baseia na forma lógica profunda, irrelevante para explicar o significado.

O programa de Davidson é equivocado porque ignora o acoplamento estrutural como fenômeno biológico fundante. Para se compreender o funcionamento da linguagem natural, é preciso reconhecer o processo biológico básico capaz de gerá-la. Desse modo, conceitos como os de *racionalidade*, *interpretação*, *triangulação*, *significado*, *conteúdo proposicional* e *forma lógica* etc., tão caros ao projeto davidsoniano, pertencem a uma descrição semântica que tende a mascarar as interações efetivamente em curso. Embora seja mais facilmente manipulável, o tratamento extensional do significado ao estilo davidsoniano colabora neste ocultamento. Em princípio, nada tenho contra a estratégia de privilegiar o extensional em detrimento do intensional. Considero-a mesmo um dos melhores recursos disponíveis atualmente para lidar com uma variada gama de problemas. Mas é preciso escolher com cuidado o domínio de aplicação. Se usado, por exemplo, no fenômeno do acoplamento estrutural, o tratamento extensional produziria resultados muito mais frutíferos na explicação do funcionamento da linguagem do que os obtidos por Davidson com a Convenção T. Afinal de contas, algumas das coordenações de condutas podem ser expressas por meio de algoritmos formalizados. Mas isto, contrariamente ao espírito do programa de Davidson, não faria delas um domínio privilegiado.

De acordo com Malpas, a teoria davidsoniana do significado faz a união de Tarski com Quine, ao reunir o par verdade/significado com o par significado/crença.²⁹ Esta interpretação me parece correta. É graças a esta conexão que Davidson constrói o conceito de *interpretação radical* e enfatiza a conexão entre significado e verdade ao longo de sua obra. Esta última é usada inclusive como premissa em diversos argumentos davidsonianos, como, por exemplo, naquele que conclui pela rejeição do dualismo esquema/conteúdo.³⁰ Se minha crítica está correta, porém, esta conexão não é evidente e ainda não foi devidamente justificada através da descoberta da forma lógica de todas as expressões pertencentes ao

²⁹ Malpas, J. *Donald Davidson and the Mirror of Meaning. Holism, Truth, Interpretation*. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1992, p. 35.

³⁰ Ver Davidson, D. On the Very Idea of a Conceptual Scheme (1974). In: Davidson, D. *Enquiries Into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 1984, pp. 183-98.

domínio da clareira do significado. Em virtude disso, esta conexão corresponde mais a um programa irrealizado do que uma tese justificada e não deveria ser tratada como premissa em outros argumentos filosóficos importantes. Até o presente momento, privilegiar a Convenção T na determinação do significado equivale a nada mais que privilegiar um domínio reduzido de expressões que são tratáveis por ela e a espremer numa camisa de força aquelas expressões que resistem a este tratamento. Para mostrar que está ciente destes problemas, o próprio Davidson faz uma lista das desconcertantes dificuldades e enigmas a serem resolvidos para que sua proposta se realize: a) determinação da forma lógica dos contrafatuais; b) determinação da forma lógica das sentenças sobre probabilidades e relações causais; c) esclarecimento do papel lógico desempenhado pelos advérbios e adjetivos atributivos; d) construção duma teoria para termos relativos a massa, como *fogo*, *água* e *neve*, e também para sentenças a respeito de crença, percepção, intenção, além de verbos de ação que implicam propósito; e) construção duma explicação para as sentenças que não parecem ter qualquer valor de verdade, como imperativos, interrogativos etc. Davidson reconhece que uma teoria abrangente do significado para uma linguagem natural precisa lidar com sucesso com cada um destes problemas.³¹ Não é, portanto, de admirar que ainda sejam controversas algumas das mais brilhantes análises de Davidson para viabilizar a aplicação da Convenção T a certos grupos de expressões.³² E, mesmo quando aparentemente não há controvérsia, o artificialismo das soluções salta aos olhos.³³ Conforme mencionado antes, Davidson diz que está apenas sugerindo que as teorias que satisfaçam à Convenção T são capazes de explicar *mais* do que geralmente se pensa. Mas o tomar a sério o acoplamento estrutural do languagear sugere que as teorias que satisfaçam à Convenção T são capazes de explicar *menos* do que Davidson pensa. Todas estas considerações fazem duvidar se a “teoria forte” que ele propões encontrará suficientes pontos fracos em que se sustentar. Em que pese a infinidade potencial de pontos fracos que Davidson supõe capazes de sustentar a “teoria forte”, ele tenta avançar muito

³¹ Davidson, D. Truth and Meaning (1967). In: Davidson, D. *Enquiries Into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 1984, pp. 35-6.

³² Ver, p. ex., Evinine, S. Donald Davidson. Cambridge: Polity Press, Oxford: B. Blackwell, 1991, pp. 86-93.

³³ Por exemplo, a aplicação da Convenção T para determinar o significado duma simples pergunta como *O Rei da Espanha caiu no poço à tarde?* envolve *grosso modo* as duas seguintes hipóteses: 1) *O Rei da Espanha caiu no poço à tarde* é verdadeira se e somente se existe pelo menos um indivíduo tal que este indivíduo é do sexo masculino e reina na Espanha e para todo indivíduo, se ele é do sexo masculino e reina na Espanha, então ele é igual ao primeiro indivíduo e existe pelo menos um evento que é a queda deste primeiro indivíduo e que é no poço e que é à tarde; 2) O fixador de modo (*mood*

pouco e muito devagar. Sua teoria expressa muito bem o seu desejo, mas não oferece garantia efetiva de que o avanço será contínuo, de que todos os obstáculos poderão ser vencidos através do apelo constante ao mesmo pobre instrumento metodológico (a fixação do significado através das Sentenças T).

É verdade que ele reformula a sua teoria a partir de *A Nice Derrangement of Epitaphs* (1986).³⁴ Segundo Gustafsson, Davidson parece assumir como mais ou menos garantido, nos textos mais antigos, que as linguagens naturais possuem uma estrutura determinada e que os falantes dessas linguagens partilham uma capacidade que pode ser representada por uma teoria sistemática do significado. Nos textos mais recentes, esta idéia é colocada em questão e Davidson começa a enfatizar o fato de que a prática lingüística efetiva está relacionada a uma estrutura determinada apenas de maneira frouxa. Em conseqüência, ele começa a prestar atenção a malapropismos, apelidos, lapsos de linguagem etc. Apesar disso, Gustafsson pensa que Davidson não toma a atitude que dele se esperava, pois não abandona a noção responsável pela sua reputação filosófica, ou seja, a de que uma teoria do significado deve basear-se nas condições de verdade estipuladas pela Convenção T. O máximo que Davidson faz é rejeitar a idéia de que uma única teoria do significado seja suficiente. Dada a diversidade do fenômeno lingüístico, ele pensa agora que o falante possui um grande estoque de teorias do significado, que são constantemente testadas e modificadas.³⁵ Esta interpretação de Gustafsson me parece bem fundamentada e a fidelidade de Davidson à proposta das condições de verdade pode ser confirmada em alguns de seus textos da década de 90.³⁶ Nesta perspectiva, é espantoso que Rorty tenha tentado tantas vezes caracterizar a sua própria abordagem como influenciada por e convergente com a davidsoniana, uma vez que seu projeto está muito mais próximo da concepção, aqui defendida, da linguagem como gerada pelo fenômeno biológico do languagear.³⁷

Em virtude disso, a criança que aprende a linguagem materna não é um “intérprete radical” no sentido davidsoniano. O processo deste aprendizado ocorre sem a necessidade duma “teoria do significado” e muito menos da “Convenção T”. Do ponto de vista biológico, a

setter) da enunciação *O Rei da Espanha caiu no poço à tarde?* é verdadeiro se e somente se a enunciação do cerne indicativo da enunciação possui força interrogativa.

³⁴ Davidson, D. *A Nice Derrangement of Epitaphs*. In: Grandy, R. E. & Warner, R. (eds.). *Philosophical Grounds of Rationality*. Oxford: Oxford Un. Press, 1986, pp. 157-74.

³⁵ Gustafsson, M. *Systematic Meaning and Linguistic Diversity*. *Inquiry*, 41, 1998: pp. 439-40.

³⁶ Ver, por exemplo, Davidson, D. *The Structure and Content of Truth*. *The Journal of Philosophy*, vol. LXXXVII, nº 6, june 1990, pp. 279-328; Davidson, D. *The Folly of Trying to Define Truth*. *The Journal of Philosophy*, vol. XCIII, nº 6, June 1996, p. 275.

própria aprendizagem já é uma expressão do acoplamento estrutural, uma vez que ela procura manter a congruência entre as modificações do organismo e as do ambiente. Seria equivocado descrevê-la como envolvendo trocas de informação. O que acontece é um processo de tentativa e erro, através do qual a criança aprende as coordenações de condutas próprias do languagear. Não há aqui necessidade de uma teoria única ou de várias teorias do significado para permitir a construção de hipóteses empiricamente testáveis a partir das condições de verdade dos conteúdos proposicionais. Com base exclusivamente no processo mencionado, a criança adquire o treinamento adequado nas interações lingüísticas para tornar-se um falante competente. Além disso, as interações do languagear constituem uma *rede de conversações* diversificadas. A participação em cada tipo de conversação exige um tipo diferente de treinamento. Assim, Davidson ainda está muito influenciado por seu mestre Quine ao propor a substituição da noção de *tradução radical* pela de *interpretação radical*. Em que pese a segunda implicar uma perspectiva mais ampla, ela envolve uma descrição semântica que depende de um intérprete que já domina uma linguagem e pressupõe o processo mais básico, que é o do aprendizado desta linguagem através do acoplamento estrutural. Desse modo, os conceitos utilizados por Davidson não possuem a força explicativa desejada. É certo que ele alega que a interpretação radical começa em casa, ou seja, que ela também ocorre na própria linguagem materna. Mas este reconhecimento é muito tardio, pois só é feito quando o carro já tinha sido colocado na frente dos bois. Isto significa que Davidson está tentando explicar a linguagem do ponto de vista de quem já a conhece e não do ponto de vista de quem a está aprendendo pela primeira vez. Ora, a diferença entre os dois casos é fundamental. O primeiro ponto de vista corresponde a uma descrição semântica que pode mascarar os fenômenos biológicos envolvidos. O segundo só se torna claro se apelarmos para o acoplamento estrutural. Se quisermos usar o predicado *radical* na explicação do funcionamento da linguagem, então devemos atribuí-lo ao próprio acoplamento estrutural, que envolve as interações públicas recursivas num domínio fechado de comportamento, gerando o languagear. A noção de *interpretação radical* é derivada e só pode surgir depois que o acoplamento estrutural ligado ao aprendizado da linguagem ocorreu.

Para terminar, gostaria de lembrar que, passados mais de trinta anos desde que Davidson apresentou sua proposta inicial, a grande maioria dos problemas mencionados ainda não encontraram um tratamento semântico adequado. Apesar de formulada há tanto

³⁷ Ver, por exemplo, Rorty, R. Pragmatism, Davidson and Truth. In: Rorty, R. *Objectivity, Relativism,*

tempo, a teoria de Davidson ainda se encontra numa fase predominantemente programática. John Passmore nos informa inclusive que Davidson é largamente censurado nos Estados Unidos como anunciador de programas que fazem grandes promessas nunca realizadas.³⁸ A análise feita coloca em cheque exequibilidade do programa davidsoniano e aponta em direção a um falseamento da sua teoria do significado.

IV - Observações Finais

Em minha análise, procurei mostrar que o projeto davidsoniano de construir uma teoria do significado baseada na Convenção T se enquadra numa estratégia mais ampla de considerar imprescindível o tratamento semântico da linguagem natural. Davidson se contenta em apresentar mais um programa de pesquisa do que uma teoria propriamente dita. Em que pese o fato de não ter encontrado sua realização completa até o momento, a teoria davidsoniana do significado é articulada com a noção de *interpretação radical*, que consiste num processo de *triangulação*. Através deste processo, o intérprete radical usa o *Princípio de Caridade* para emparelhar as enunciações do falante com situações mundanas com base na convenção T. Isto permite a construção de hipóteses empiricamente testáveis a respeito do significado destas enunciações. A partir daí, Davidson faz uma conexão não plenamente justificada entre *significado* e *verdade*. Embora a teoria seja “forte”, seu autor acha que ela pode receber sustentação, ainda que fraca, em um número suficiente de situações envolvendo a aplicação da Convenção T. Isto permite um avanço lento, mas seguro, pois evita os dilemas das abordagens tradicionais.

Avaliando a estratégia de Davidson, argumentei no sentido de que, apesar de apontar na direção correta, ela peca pela excessiva ênfase na Semântica Formal. Davidson revela aqui a influência de seu mestre Quine, sempre preocupado em substituir os enfoques intensionais pelos extensionais. Isto o levou a pensar que o único tratamento semântico adequado deveria ser o extensional. Fora dele, estaríamos condenados a construir abordagens incoerentes e insuficientes. Mais ainda: Davidson parece pensar que a inexistência de uma análise semântica aceitável para uma dada expressão lingüística reduziria esta última a um conjunto de sons sem sentido. Neste caso, a possibilidade ou não

and Truth. Philosophical Papers Vol. 1. Cambridge: Un. of Cambridge Press, 1991, pp. 126-50.

³⁸ Passmore, J. *Recent Philosophers. A Supplement to A Hundred Years Philosophy.* London, Duckworth, 1988, p. 75.

de aplicar a Convenção T a uma dada expressão serviria inclusive como critério para determinar o caráter lingüístico da mesma. Na metáfora da pequena clareira do significado que está envolvida pela imensa floresta do uso, Davidson revela a sua clara preferência pela clareira, o domínio “puro” e restrito do semanticamente coerente, em detrimento da floresta, o vasto domínio “impuro” do semanticamente incoerente. Davidson não parece preocupar-se com a diferença nas extensões dos dois domínios e enfatiza as possibilidades explicativas da clareira.

Usando as idéias de Maturana contra Davidson, tentei mostrar que a linguagem é um fenômeno biológico. Este fenômeno encontra sua melhor formulação na noção de *linguagear*, que decorre do acoplamento estrutural entre sistemas vivos falantes. De acordo com a teoria proposta por Maturana, os sistemas vivos possuem uma dupla face: por um lado, são operacionalmente fechados e, por outro, interagem com o ambiente através do acoplamento estrutural. Temos aqui dois domínios de descrição que não se intersectam, mas que são complementares. Este modelo oferece a possibilidade de superação do dualismo filosófico tradicional entre idealismo e realismo.

Nesta perspectiva, o significado adquire vida nas interações lingüísticas entre os falantes. Estas últimas envolvem coordenações recursivas de condutas num domínio fechado de comportamento. Isto nos faz ver que os nossos conceitos são criações lingüísticas e nem sempre possuem a força explicativa desejada para dar conta da própria linguagem. O processo pelo qual uma criança aprende a linguagem materna ocorre sem apelo a uma “teoria do significado” ou à “Convenção T”. Trata-se de um treinamento específico, envolvendo tentativa e erro e não condições de verdade de conteúdos proposicionais. Neste sentido, a criança que aprende a linguagem materna não é um “intérprete radical” no sentido davidsoniano. O processo de aprendizagem é anterior na explicação do funcionamento da linguagem, pois envolve as interações públicas recursivas num domínio fechado de comportamento que vai gerar a rede de conversações constituída pelo *linguagear*. A noção de *interpretação radical* só pode surgir *depois* que a aprendizagem caracterizada pelo acoplamento estrutural ocorreu.

Tudo isto aponta para a conclusão de que o apelo às condições de verdade não será suficiente para realizar a tarefa a que Davidson se propõe. Depois de mais de trinta anos que a teoria foi proposta, a enormidade e as dificuldades da tarefa que ainda resta por realizar, reconhecidas pelo próprio Davidson, apontam para a conclusão de que o seu programa semântico é inviável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Davidson, D. *Enquiries Into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 1984.
- Davidson, D. A Nice Derrangement of Epitaphs. In: Grandy, R. E. & Warner, R. (eds.). *Philosophical Grounds of Rationality*. Oxford: Oxford Un. Press, 1986, pp. 157-74.
- Davidson, D. The Structure and Content of Truth. *The Journal of Philosophy*, vol. LXXXVII, nº 6, June 1990, pp. 279-328.
- Davidson, D. The Folly of Trying to Define Truth. *The Journal of Philosophy*, vol. XCIII, nº 6, June 1996, p. 263-78.
- Evnine, S. *Donald Davidson*. Cambridge: Polity Press, Oxford: B. Blackwell, 1991.
- Gustafsson, M. Systematic Meaning and Linguistic Diversity: the Place of Meaning-Theories in Davidson's Later Philosophy. *Inquiry*, 41, 1998: 435-53.
- Magro, C. et alii (orgs.). Humberto Maturana. *A Ontologia da Realidade*. 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.
- Malpas, J. E. *Donald Davidson and the Mirror of Meaning. Holism, Truth, Interpretation*. Cambridge: University Press, 1992.
- Maturana, H. & Varela, F. *The Tree of Knowledge. The Biological Roots of Human Understanding*. Revised Edition. Boston and London: Shambhala, 1998.
- Passmore, J. Recent Philosophers. A Supplement to A Hundred Years Philosophy. London, Duckworth, 1988, p. 75.
- Ramberg, B. T. *Donald Davidson's Philosophy of Language. An Introduction*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- Rorty, R. *Objectivity, Relativism, and Truth. Philosophical Papers Vol. 1*. Cambridge: Un. of Cambridge Press, 1991.